

SUBJETIVIDADE, PATRIMÔNIO E CIDADE: APROPRIAÇÕES TURÍSTICAS E CULTURAIS NO BAIRRO DA CAMPINA

Fernanda Cristine dos Santos Bengio¹

Resumo

Este trabalho interrogou a produção de subjetividades pelo dispositivo da patrimonialização no bairro da Campina, em Belém/Pa. A patrimonialização compõe múltiplas relações de saber e poder, assim explorou-se a hipótese de que apesar da patrimonialização fazer parte de um registro dominante das relações sociais, tem funcionado, na Campina como prática agonística frente à intensificação da financeirização da cidade. Assim, problematizou-se: a constituição contemporânea da patrimonialização; memória coletiva, turismo e direito à cidade, tendo como objeto de análise o Projeto Circular por este materializar algumas lutas, no bairro da Campina referentes às apropriações dos espaços. Analisou-se a memória coletiva com o subsídio teórico de Michel Halbachs, Gilles Deleuze e Félix Guattari. A partir das contribuições teóricas e metodológicas de Michel Foucault – que considera documento e dispositivos construídos histórica, política e socialmente –, interrogou-se a produção de subjetividade na trama patrimonial, destacando-se os recortes do turismo e direito à cidade. Os materiais analisados foram construídos em entrevistas com representantes dos espaços participantes do projeto Circular e moradores do bairro da Campina e algumas Cartas Patrimoniais que apontam diretrizes locais e internacionais sobre a patrimonialização de bens materiais. Como resultados pode-se apontar que as apropriações espaciais na Campina são atravessadas pelo higienismo, porém há um forte viés agonístico nos usos propostos por projetos como o Circular ao se colocar em cena a ideia de direito à cidade como prática de cuidado.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; direito à cidade; memória coletiva; e subjetividade.

¹ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: fernandabengio@ymail.com.



1. INTRODUÇÃO

A intersecção entre estudos de psicologia e cultura é amplamente conhecida, com forte destaque à psicanálise freudiana e estudos que usam a etnografia como método de pesquisa. De outras formas, esse campo de intersecção vem sendo explorado timidamente, por meio de estudos sobre patrimônio cultural e psicologia, produção restrita, de que fazem parte trabalhos como os de Marli Lopes da Costa. Entendendo-se que o patrimônio cultural se constitui como um multifacetado campo de pesquisa, o olhar da psicologia sobre ele pode adensar algumas discussões, principalmente no que se refere à constituição contemporânea do sujeito. Assim, nesta pesquisa, objetivou-se problematizar a produção de subjetividades por meio do dispositivo da patrimonialização no bairro da Campina, em Belém/Pa. A constituição desse objetivo perpassa a ideia de que as práticas de patrimonialização são relações de poder e saber que têm produzido efeitos diversos, no nível das relações sociais, imprimindo marcas nas subjetividades dos sujeitos, agenciando modos de usos dos espaços e etc. As relações de poder e saber, ao serem ponderadas sob a ótica das contribuições teóricas e metodológicas de Michel Foucault (1999), informam sobre os possíveis que racham as certezas, as quais tentam fixar os sujeitos em determinados lugares, de modo que se pode pensar como as lutas pelo direito à cidade, no recorte da patrimonialização permitem a existência de uma agonística da patrimonialização, frente à financeirização da cidade.

2. PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E CIDADE

A proteção do patrimônio histórico e cultural ganha cada vez mais espaço na agenda política nacional e internacional. No cenário mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) se destaca como organismo que tem organizado a defesa do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. O texto de abertura da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, de 1972, afirma que o patrimônio cultural e natural tem estado cada vez mais ameaçado pela “evolução da vida social e econômica”. Desse modo, o “desaparecimento” desse patrimônio ocasionaria um “empobrecimento” da herança dos “povos do mundo”. O cenário de destruição do pós-Segunda Guerra Mundial contribuiu fortemente para a configuração dessa política de proteção, porém, não se pode esquecer que o patrimônio cultural é sempre uma seleção, portanto, está inserido em relações de poder e de subjetivação as quais se desdobram em lutas de afirmação de identidades e interesses múltiplos, como o financeiro.

Em meio a esse processo, cidades históricas – e/ou núcleos urbanos antigos – vêm se tornando alvo de disputas econômicas e políticas, na direção da constituição de patrimônios culturais. Assim, este estudo tem como objeto de análise o bairro da Campina, o qual faz parte do centro histórico da cidade de Belém, situada no Estado do Pará. Buscou-se refletir acerca dos usos do bairro, no seu recorte patrimonial e turístico, no recorte do direito à cidade e modos de produção de subjetividades. Do ponto de vista da geografia, Santos (2008) ressalta que houve proliferação das grandes cidades, nos países pobres, e estas são diretamente afetadas pelo “meio



geográfico artificial”, sendo a cidade um “lugar” revolucionário, como por exemplo, as cidades do período feudal, pois o burgo aparece como “lugar onde o trabalho livre é possível” (Santos 2008: 59). Portanto, pode-se sustentar que a cidade se apresenta como um complexo de relações marcadas por inovações tecnológicas, transformações políticas e econômicas, arranjos sociais e culturais diversificados em fluxos constantes de reorganização, sendo inúmeras as disputas presentes nos lugares.

A atual situação dos bairros do centro histórico de Belém remete às disputas econômicas acima citadas. Assim, é importante enfatizar que o bairro da Campina abriga ainda hoje o centro comercial da cidade, onde vão sendo mescladas a função comercial, no nível do mais comum do que se encontra nos centros comerciais das cidades brasileiras, junto à qualidade de patrimônio cultural e seu potencial turístico. Enquadrar a materialidade da cidade tombada em meio às suas sinuosidades (imateriais), para refletir sobre desdobramentos subjetivos da patrimonialização em cidades históricas, considerando a permanente disputa relacionada aos usos e contrausos da cidade é um modo analítico de olhar o espaço urbano. As memórias e os afetos que “passam” pelas ruas do centro histórico de Belém, mesclados ao sabor de itinerários díspares, produzem encontros movidos por forças que atravessam corpos, modulando relações e produzindo modos de ser, de modo que é importante questionar como a prática da patrimonialização, no bairro da Campina, tem se relacionado aos usos da cidade, no contexto de financeirização do espaço urbano.

Nesse contexto, é imprescindível observar a produção de discursos oficiais sobre o lugar, pois a memória e o espaço são criados por afetos, os quais “não são sentimentos ou afecções, transbordam a força daqueles que são atravessados por eles” (Deleuze; Guattari 2010). Distante da conotação da psicologia tradicional, os afetos existem independentemente dos sujeitos, sendo acionados no encontro com outros corpos, que podem ser com a luz, com um filme, animal, insetos, livro, árvore etc. Esse encontro traduz-se “[...] num enlaçamento entre duas sensações sem semelhança ou, ao contrário, no distanciamento de uma luz que capta as duas num mesmo reflexo” (Deleuze; Guattari 2010: 205). No enlace dos corpos, abre-se um espaço, o “entre”. Em tal processualidade reside a “variação contínua da força de existir de alguém” (Leppini 2016: 165), conferindo multiplicidade aos modos de existir dos sujeitos.

A partir do ser afetado ou não a relação dos sujeitos com o espaço vai sendo tecida e são, também, produzidas memórias, que possuem caráter coletivo. Para Halbwachs (1968), o que se lembra ou se julga lembrar não implica necessariamente haver vivido o fato mnêmico, uma vez que a memória individual se conduz pela coletividade. Diante de tal enunciado, cabe perguntar: qual a memória esquecida do bairro da Campina? Que relações foram interrompidas, naquele lugar? Ou, ainda, o que se rememora tão fervorosamente naquele bairro, por meio de múltiplas relações que os sujeitos vivenciam? Já que nesse processo determinados acontecimentos vão sendo esquecidos em detrimento de outros e que o esquecimento está



associado às relações do sujeito com o objeto/fato esquecido, aos objetos/fatos com os quais se deixa de relacionar-se (Halbwachs 1968).

3. AFETOS E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Nos territórios criados pelos sujeitos e forças que os atravessam reside em grande parte a dificuldade do patrimônio de se configurar como um afeto para determinados sujeitos, os quais, diante das mazelas do dia a dia, têm dificuldade em perceber a Campina no seu aspecto patrimonial, como lugar que possibilite alegrias e formas de cuidado. Outro viés que perpassa a preservação e o cuidado do bairro pela ótica patrimonial reside na ideia que se tenta criar da Bela Época como algo que pode ser replicado, a cópia, o mesmo; na direção de considerar que foi o melhor período que poderia ter havido, ou seja, a crescente sensação de abandono que envolve os belenenses vem acompanhada de discursos saudosistas dos tempos áureos da borracha, causando desencontro entre o vivido e certa memória coletiva que perdura.

Claramente, outros fatores devem ser considerados: interesses políticos e econômicos sobre o lugar, violência urbana, prostituição e segregação socio territorial. Contudo, atenta-se à força da memória, ao se pensar acerca dos afetos que circulam no conjunto arquitetônico tombado, bairro da Campina, e como os sujeitos se afetam ou não por essa ideia, a exemplo de movimentos que têm se organizado em prol do patrimônio tombado de Belém.

Os movimentos na Campina que se ocupam da preservação do patrimônio e da memória estão lutando para decidir sobre o existir no bairro. Pelo desenrolar desse processo, pode-se anuir que a patrimonialização possibilita frear a intensificação da mercantilização da cidade, acionando o caráter público do uso do espaço, em instâncias decisórias, legitimadas por práticas afetivas que constituem o território. Logo, vale afirmar que memória e história, patrimônio e acesso à cidade podem se constituir como alternativa às práticas de segregação, na medida em que se pautem em estética da existência do cuidado com a pólis. Nessa esfera, pode-se aludir à liberdade para Foucault: conforme Orellana (2012), em que a relação entre poder e liberdade é intrínseca, de maneira que se deve considerar que o poder ocorre por meio de relações entre sujeitos de ações onde a liberdade está presente, ou seja, esta não deve ser pensada fora das relações de poder. A partir disso pode-se pensar a agonística na patrimonialização, ou seja, práticas de resistência.

Se ocupar do governo da cidade na perspectiva ética, estética e política implica no governo de si (Foucault 2010), o que aponta a objetivação de sujeitos enquanto viajantes e/ou *flâneurs* e não turistas, porém é necessário aceitar que o turismo cultural produz novas dinâmicas (Arantes 2006), a fim de que estratégias de resistência sejam pensadas coletivamente. A subjetivação dos sujeitos enquanto *flâneur* é um processo de tomada da cidade, que é movido pelas táticas e estratégias de si, em uma atitude errante de percorrer a cidade e observar a multidão (Bittencourt 2016: 6), uma espécie de viajante que se deixa afetar pelo território, construindo



coletivamente outras formas de ocupar o bairro, através de relações que se costumam no emaranhado dos tempos avistados na materialidade e imaterialidade do bairro da Campina, e as chances desse processo encontram solo fértil no Projeto Circular, dentro das possibilidades do campo de força e diante das tensões existentes.

REFERÊNCIAS

- Arantes, A. 2006. O patrimônio cultural e seus usos. *Habitus* (4):425-435.
- Bittencourt, G. N. 2016. Charles Baudelaire. In: Baudelaire, C. *O Spleen de Paris*. L&PM, (1): 4-5. Porto Alegre – RS.
- Deleuze, G. & F. Guattari. 2010. *O que é a filosofia?* 3. ed. São Paulo: Editora 34.
- Foucault, M. 1999. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2010. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes.
- Halbwachs, M. 1968. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Vértice.
- Leppini, P. S. 2016. Alegria e pensamento: repensando nossos afetos com Deleuze, Espinosa e Lacroix. In *Educação e Filosofia* (30):159-188.
- Orellana, R. C. 2012. A ética da resistência. *Ecopolítica* 2:37-63.
- Santos, M. 2008. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6. ed. São Paulo: EDUSP.

